

A difícil relação entre política e cultura no Brasil.

Telmo Antonio Dinelli Estevinho ¹

Os espaços construídos pela relação entre política e cultura sempre foram atravessados por tensões que as duas perspectivas emitem quando entrelaçadas historicamente. Se a política postula construir um espaço autônomo para a ação humana mobilizando elementos como liberdade e igualdade, o polo da cultura não é menos ambicioso projetando a possibilidade de emancipação por meio da arte e do conhecimento. As relações entre estes dois campos tem significados muito distintos caso observados o contexto temporal e os modos pelos quais foram travadas tais mediações em países diversos.

De um lado a política expressa um objeto e temas para reflexão estética e por outro apresenta-se como um canal de acesso aos recursos de poder. Aos artistas cabe utilizar-se dos materiais ofertados pela política enquanto reflexão estética, como adesão a projetos de poder ou mesmo submissão aos cânones por ela instituídos. Esta multiplicidade nas interações entre cultura e política foi historicamente canalizada para o financiamento público das obras e do trabalho artístico, que na dimensão contemporânea, ganhou características não controversas a respeito da legitimidade imbuída nessa relação. Assim a relação entre política e cultura é hoje matizada pela presença das instituições governamentais orientando a ação e a ambição estética dos artistas.

Estas instituições sinalizam e demarcam posições no jogo de poder travado entre política, cultura e artistas. As fronteiras nunca são delimitadas nitidamente, permitindo aos artistas possibilidades de transgressão e rotas de fuga. O caso brasileiro é emblemático pois artistas e instituições estatais tem travado uma relação duradoura e que, não obstante os períodos autoritários, dificilmente floresceu uma arte de inspiração fascista a exemplo da Alemanha nazista e da Itália sob o jugo de Mussolini.

Artistas contemplados com subvenções públicas ou que difundem perspectivas estéticas atreladas a propostas políticas convivem com as mais diversas instituições

¹ Telmo Antonio Dinelli Estevinho é doutor em Ciência Política pela PUC-SP, professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFMT e pesquisador do Neamp – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

estatais dispostas a apoiar a produção cultural, sendo que tais características podem ser encontradas nos mais diferentes períodos da história brasileira.

Mais recentemente um conjunto de instituições estatais foi mobilizado para abrigar e resolver as tensões entre os dois polos criando então capacidades e aprendizado entre artistas e atores estatais: desde o primeiro governo Vargas, a partir dos anos 1930, que uma série de órgãos públicos tem sido constituída para abrigar, proteger e disseminar valores elencados como fundantes na cultura brasileira. Estas criações aceleram uma espécie de aprendizado entre todos estes atores – no interior e fora do Estado – constituindo um campo fértil para a reprodução constante das políticas culturais no Brasil. Mesmo nos regimes autoritários estas políticas são colocadas em operação, indicando uma delicada equação entre cooptação e diálogo entre política e cultura: cinema, teatro, música, patrimônio histórico, literatura, são vastos os campos e a dramaturgia mobilizada e os artistas não podem ser acusados de submeterem-se a uma lógica estranha, pois a relação além de ambivalente é produtiva para os dois polos.

O regime militar instaurado em 1964 manteve a tradição e implementou um conjunto de políticas culturais cujo legado ainda está presente na cultura brasileira não apenas por seu resultado final expresso nos produtos culturais, mas pelo fortalecimento da relação entre política e cultura e pela crença na legitimidade de um espaço disposto aos artistas e preservado da competição mercantil. Instituições como Embrafilme, Funarte, IPHAN, entre outras, permanecem como sinalizadores para a prática de artistas e atores estatais independente do regime político, ou seja, no retorno a democracia a partir dos anos 1980, não somente as instituições sobreviveram como também suas ideias e valores. Mesmo no caso da Embrafilme, antiga agência estatal de suporte ao cinema brasileiro e extinta por Collor em 1990, permaneceu a tese de apoio e proteção ao filme nacional ameaçado pela presença hegemônica do cinema importado.

Se boa parte das instituições de apoio a cultura no Brasil foi constituída durante o regime autoritário, isso implica na afirmação de que as políticas decorrentes careciam de democracia e transparência. Assim o processo democrático, quando instaurado, teria a capacidade de romper com os caracteres autoritários de tais políticas. Evidente que a partir dos anos 1990 as políticas culturais foram obrigadas a adequar-se ao novo padrão e ao diálogo com outros atores além do campo estatal. Mas a delicada interação entre artistas e política manteve alguns padrões como

invariantes na difusão e implementação dos projetos culturais: se valores como transparência, participação e descentralização foram recorrentes no desenho das políticas públicas no Brasil dos anos 1990 em diante, o mesmo não ocorreu no campo da cultura. Em geral, as políticas continuaram a enfatizar os mecanismos de produção e não aqueles envolvidos na circulação e debate público dos bens culturais no Brasil.

Este resultado também é afetado pela constituição do governo no país e um federalismo caracterizado por uma intensa desigualdade entre as regiões. Se os equipamentos culturais fornecidos pelas agências governamentais estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país, as políticas também concentram a aplicação dos recursos em um território delimitado. A autonomia das partes e o controle do centro definem de maneira geral o federalismo, cujo sistema teria a possibilidade de correção de iniquidades existentes em um mesmo território. No caso das políticas culturais, a equiparação não ocorreu acentuando ainda mais as disparidades na oferta e consumo de bens culturais.

Disposto a alterar um padrão visto como concentrador e elitista, a política implementada a partir do governo Lula nos anos 2000 procurou fundar um novo modelo de federalismo cultural. Editais públicos com desenho amplo, menos burocrático e especialmente focado em jovens artistas e grupos minoritários foram uma das estratégias adotadas para romper com o padrão invariante descrito acima. Outras políticas implementadas tentaram esquivar-se das armadilhas herdadas pelas instituições do passado e espalhar a produção cultural por todo o país: conferências e planos nacionais estimularam a participação popular no desenho das políticas e centros de produção e difusão cultural foram instados a se multiplicar pelo país. O desafio do novo formato das políticas adotadas não é apenas reescrever um federalismo cultural até então desconhecido no país mas de implodir o legado das políticas do passado que conforma simultaneamente instituições, atores e ideias.

Referências Bibliográficas

BARBALHO, Alexandre; BARROS, José; CALABRE, Lia (orgs.). *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. Bahia: EdUFBA, 2013.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

CHAIÁ, Miguel (org.). *Arte & Política*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo. “Da compra de produtos e serviços culturais ao direito de produzir cultura: análise de um paradigma emergente”, In *Dados*, 56, 2013.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Políticas culturais do governo Lula”, In *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 1, n. 1, 2013.

ZUIDERVAART, Lambert. *Art in public: Politics, Economics, and a Democratic Culture*. New York: Cambridge University Press, 2011.